A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO DESENVOLVIMENTO E DAS APRENDIZAGENS

MIRIAM CRISTINA BARBOSA

RESUMO

A brincadeira constitui um dos principais meios pelos quais as crianças exploram o mundo, constroem conhecimentos, desenvolvem habilidades e estabelecem relações sociais. Na Educação Infantil, o brincar é reconhecido como direito da criança e como eixo estruturante das práticas pedagógicas, favorecendo experiências que integram imaginação, criatividade, interação, investigação e aprendizagem. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da brincadeira na Educação Infantil, discutindo suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças e refletindo sobre o papel do professor na organização de contextos educativos que valorizem o brincar como linguagem própria da infância. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), no Currículo da Cidade de São Paulo e nas contribuições teóricas de Lev Vygotsky, Jean Piaget, Tizuko Morchida Kishimoto, Loris Malaguzzi, Zilma Ramos de Oliveira, Maria Carmen Silveira Barbosa e Gilles Brougère. A análise evidencia que a brincadeira favorece o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social e cultural, constituindo-se como uma experiência essencial para a construção da autonomia, da criatividade, da linguagem e das relações entre as crianças. Conclui-se que o brincar deve ocupar lugar central no currículo da Educação Infantil, sendo compreendido não como momento de descanso entre atividades, mas como prática pedagógica intencional que promove aprendizagens significativas e assegura o desenvolvimento integral da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Brincadeira; Brincar; Desenvolvimento Infantil; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo, social, cultural e emocional, por meio de práticas pedagógicas fundamentadas nas interações e nas brincadeiras. Essa concepção, consolidada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reconhece a criança como sujeito histórico, social, competente e protagonista de suas aprendizagens, atribuindo ao brincar um papel central na construção do conhecimento.

Ao brincar, a criança interpreta a realidade, cria hipóteses, experimenta diferentes papéis sociais, resolve problemas, estabelece relações, comunica sentimentos e amplia sua compreensão sobre o mundo. A brincadeira constitui uma linguagem própria da infância, por meio da qual as crianças expressam desejos, emoções, imaginação e criatividade, desenvolvendo aprendizagens que ultrapassam a simples aquisição de conteúdos escolares.

Historicamente, entretanto, o brincar nem sempre ocupou lugar de destaque nas instituições educativas. Durante muitos anos, foi compreendido como um momento de recreação ou recompensa, desvinculado dos processos de aprendizagem. Com os avanços das pesquisas sobre desenvolvimento infantil e das políticas públicas voltadas à infância, essa concepção foi sendo transformada. Atualmente, reconhece-se que brincar é uma forma privilegiada de aprender, sendo considerado um direito da criança e um dos eixos estruturantes da Educação Infantil.

Autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky, Tizuko Morchida Kishimoto, Gilles Brougère, Loris Malaguzzi e Zilma Ramos de Oliveira demonstram que a brincadeira desempenha papel fundamental na construção do pensamento, da linguagem, da criatividade, das relações sociais e da autonomia infantil. Embora apresentem diferentes perspectivas teóricas, esses autores convergem ao afirmar que o brincar constitui uma atividade indispensável ao desenvolvimento humano, permitindo que a criança atribua significado

às suas experiências e participe ativamente da construção do conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular reafirma essa concepção ao estabelecer que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem assegurar os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. O brincar, portanto, deixa de ser entendido como atividade complementar e passa a constituir elemento organizador do currículo, integrando todos os Campos de Experiência e favorecendo aprendizagens significativas em diferentes contextos educativos.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa compreensão ao defender a organização de ambientes ricos em possibilidades de investigação, interação e participação, nos quais as brincadeiras sejam valorizadas como experiências culturais e educativas. Nessa perspectiva, cabe ao professor planejar contextos que respeitem os interesses das crianças, promovam sua autonomia e favoreçam o desenvolvimento das múltiplas linguagens.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar a importância da brincadeira na Educação Infantil, discutindo suas contribuições para o desenvolvimento integral das crianças, refletindo sobre o papel do professor na mediação das experiências lúdicas e evidenciando a relevância do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas na infância.

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E O DIREITO DE BRINCAR

A compreensão da infância sofreu profundas transformações ao longo da história. Durante muitos séculos, as crianças foram vistas como adultos em miniatura, sem que suas necessidades, formas de aprender e modos de viver fossem reconhecidos. Com os avanços das pesquisas sobre desenvolvimento infantil e a consolidação dos direitos da criança, passou-se a compreender a infância como uma etapa singular da vida, marcada por descobertas, experiências, interações e pela construção progressiva de conhecimentos.

Na Educação Infantil contemporânea, a criança é reconhecida como sujeito histórico, social e cultural, competente para participar ativamente de seu processo de aprendizagem. Essa concepção está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo da Cidade de São Paulo, que orientam práticas pedagógicas fundamentadas na escuta das crianças, nas interações e nas brincadeiras.

O brincar constitui um direito assegurado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelos documentos curriculares brasileiros. Não se trata apenas de uma atividade recreativa, mas de uma necessidade inerente ao desenvolvimento infantil e de uma forma privilegiada de participação da criança na cultura.

A BNCC (BRASIL, 2017) estabelece o brincar como um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, ao lado de conviver, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Essa organização evidencia que brincar não representa um intervalo entre atividades consideradas mais importantes, mas constitui o próprio contexto em que as aprendizagens acontecem.

Ao brincar, a criança interpreta situações do cotidiano, experimenta diferentes papéis sociais, estabelece relações, desenvolve a imaginação e atribui significado às suas experiências. É nesse processo que amplia sua autonomia, fortalece vínculos afetivos e constrói conhecimentos sobre si mesma, sobre os outros e sobre o mundo.

Malaguzzi (2016), ao defender a existência das "cem linguagens da criança", reforça que o brincar constitui uma dessas formas de expressão, permitindo que a criança comunique pensamentos, sentimentos e hipóteses por meio do corpo, da imaginação, da arte, da música e das interações.

Assim, reconhecer o brincar como direito significa garantir tempos, espaços e contextos educativos que favoreçam experiências significativas, respeitando as características da infância e assegurando a participação ativa de todas as crianças.

O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem que as práticas pedagógicas devem ser organizadas a partir

de dois eixos estruturantes: as interações e as brincadeiras. Essa orientação representa uma mudança significativa na organização curricular, pois desloca o foco da transmissão de conteúdos para a construção de experiências que respeitem os modos próprios de aprender das crianças.

Nessa perspectiva, brincar deixa de ser compreendido como atividade complementar e passa a constituir elemento central da prática pedagógica. As brincadeiras favorecem investigações, experimentações, resolução de problemas, criação de hipóteses, construção da linguagem, desenvolvimento da imaginação e fortalecimento das relações sociais.

Segundo Kishimoto (2017), a brincadeira possui valor educativo porque possibilita que a criança desenvolva capacidades cognitivas, emocionais e sociais de forma integrada. Ao brincar, ela toma decisões, cria regras, negocia conflitos, compartilha ideias, resolve problemas e amplia sua compreensão sobre a realidade.

Piaget (1978) compreende a brincadeira como importante mecanismo de construção do conhecimento. Para o autor, durante os jogos simbólicos, a criança assimila experiências vividas, reorganiza conhecimentos e desenvolve estruturas cognitivas que favorecerão aprendizagens futuras.

Já Vygotsky (1998) destaca que o brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal, permitindo que a criança realize ações e construa conhecimentos que ainda não conseguiria desenvolver sozinha. Nas brincadeiras, ela aprende a controlar impulsos, seguir regras, representar papéis e estabelecer relações sociais cada vez mais complexas.

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa concepção ao defender que o brincar deve estar presente em todos os momentos da rotina da Educação Infantil, integrando diferentes linguagens e favorecendo experiências investigativas, criativas e colaborativas.

Isso significa que brincar não deve ser limitado ao parque ou aos momentos livres. As brincadeiras podem acontecer nas rodas de conversa, nas propostas de arte, nas investigações científicas, nas experiências matemáticas, nas explorações da natureza, na literatura infantil e em todas as situações em que as crianças participam ativamente da construção do conhecimento.

Portanto, compreender o brincar como eixo estruturante implica reconhecer que toda a organização da Educação Infantil deve favorecer tempos, espaços, materiais e relações que assegurem às crianças oportunidades permanentes de brincar, explorar, imaginar, criar e aprender.

AS CONTRIBUIÇÕES DA BRINCADEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Diversos estudos evidenciam que a brincadeira favorece o desenvolvimento integral das crianças, articulando aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, culturais e emocionais. Essa compreensão encontra respaldo tanto nas teorias do desenvolvimento infantil quanto nos documentos oficiais que orientam a Educação Infantil brasileira.

Do ponto de vista cognitivo, brincar estimula a curiosidade, a criatividade, a atenção, a memória, a linguagem, o raciocínio lógico e a resolução de problemas. Ao construir castelos com blocos, organizar jogos, inventar histórias ou criar regras para uma brincadeira, a criança formula hipóteses, experimenta soluções e amplia sua capacidade de pensar.

No aspecto motor, as brincadeiras favorecem o desenvolvimento da coordenação ampla e fina, do equilíbrio, da lateralidade, da percepção espacial e do controle corporal. Correr, pular, subir, equilibrar-se, manipular objetos e explorar diferentes materiais contribuem para o fortalecimento das habilidades motoras necessárias às experiências da infância.

As contribuições afetivas também são significativas. Durante as brincadeiras, as crianças expressam sentimentos, elaboram medos, enfrentam desafios e fortalecem sua autoestima. Ao representar situações do cotidiano, conseguem ressignificar experiências vividas e desenvolver estratégias para lidar com diferentes emoções.

No âmbito social, brincar favorece a convivência, a cooperação, a empatia e o respeito às diferenças. As brincadeiras coletivas exigem negociação, escuta, construção de regras, compartilhamento de materiais e resolução de conflitos, promovendo importan-

tes aprendizagens relacionadas à vida em grupo.

Brougère (2010) afirma que a brincadeira constitui uma prática cultural, pois as crianças aprendem brincando com outras crianças e reinterpretam continuamente os elementos presentes em sua cultura. Dessa forma, o brincar representa um espaço privilegiado de produção cultural infantil.

Sob a perspectiva de Vygotsky (1998), as interações estabelecidas durante as brincadeiras impulsionam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ampliando a linguagem, o pensamento simbólico e a capacidade de abstração.

Malaguzzi (2016) também ressalta que brincar favorece a expressão das múltiplas linguagens da criança, permitindo que ela comunique suas ideias por meio do desenho, da música, da dramatização, do movimento, da construção e da imaginação.

Assim, as brincadeiras constituem experiências educativas completas, nas quais diferentes dimensões do desenvolvimento acontecem de forma integrada. Ao brincar, a criança não apenas se diverte, mas constrói conhecimentos, fortalece relações, amplia sua autonomia e participa ativamente da produção de sua própria cultura.

O PAPEL DO PROFESSOR NA ORGANIZAÇÃO DOS CONTEXTOS DE BRINCADEIRA

Embora a brincadeira seja uma manifestação espontânea da infância, sua presença na Educação Infantil exige planejamento, intencionalidade pedagógica e organização de contextos que ampliem as possibilidades de aprendizagem das crianças. Nesse sentido, o professor desempenha um papel essencial como mediador das experiências infantis, criando condições para que o brincar aconteça de forma significativa, respeitando os interesses, as potencialidades e os diferentes ritmos de desenvolvimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que cabe ao professor organizar tempos, espaços, materiais e experiências que favoreçam a participação ativa das crianças. Essa organização não significa controlar o brincar ou dirigir todas as ações infantis, mas oferecer condições para que as crianças investiguem, criem hipóteses, experimentem, façam escolhas e construam conhecimentos por meio das interações.

Segundo Zilma Ramos de Oliveira (2011), a qualidade das experiências vividas pelas crianças depende diretamente da intencionalidade educativa presente na prática docente. O professor deve observar atentamente as brincadeiras, identificar os interesses do grupo, registrar as descobertas das crianças e planejar novas propostas que ampliem suas possibilidades de aprendizagem.

Nesse contexto, a observação assume papel fundamental. Ao acompanhar as brincadeiras, o professor identifica hipóteses construídas pelas crianças, estratégias utilizadas para resolver problemas, formas de comunicação, relações estabelecidas entre os colegas e aspectos do desenvolvimento que podem orientar futuras intervenções pedagógicas.

Outro aspecto importante refere-se à organização dos ambientes educativos. Malaguzzi (2016) afirma que o espaço constitui o "terceiro educador", influenciando diretamente as experiências infantis. Ambientes ricos em materiais diversificados, elementos naturais, brinquedos não estruturados, livros, objetos de investigação e espaços amplos favorecem brincadeiras mais criativas e investigativas.

Além disso, cabe ao professor incentivar a autonomia das crianças, permitindo que escolham materiais, organizem brincadeiras, proponham desafios e participem das decisões relacionadas ao cotidiano da turma. Essa postura fortalece o protagonismo infantil e contribui para a construção de uma educação democrática e participativa.

Portanto, o professor não é apenas aquele que ensina por meio das brincadeiras, mas aquele que cria contextos nos quais as crianças possam brincar, imaginar, experimentar, conviver e aprender de maneira significativa.

OS DIFERENTES TIPOS DE BRINCADEIRAS E SUAS POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS

As brincadeiras assumem diferentes formas ao longo da infância, oferecendo oportunidades variadas de aprendizagem e desenvolvimento. Conhecer essas diferentes modalidades permite ao professor organizar propostas mais diversificadas, respeitando

os interesses das crianças e ampliando seu repertório cultural.

As brincadeiras de faz de conta, também conhecidas como jogos simbólicos, ocupam lugar central na Educação Infantil. Nelas, as crianças representam papéis sociais, recriam situações do cotidiano, inventam personagens e constroem narrativas imaginárias. Segundo Piaget (1978), esse tipo de brincadeira favorece a assimilação da realidade e o desenvolvimento do pensamento simbólico.

As brincadeiras tradicionais, como amarelinha, esconde-esconde, pega-pega, cirandas, cantigas de roda e parlendas, representam importante patrimônio cultural da infância. Além de promoverem o desenvolvimento motor, favorecem a socialização, o respeito às regras, a cooperação e a valorização das manifestações culturais transmitidas entre gerações.

Os jogos de construção também desempenham papel significativo. Utilizando blocos, caixas, peças de encaixe, sucatas e materiais naturais, as crianças desenvolvem noções espaciais, criatividade, resolução de problemas e pensamento lógico, ao mesmo tempo em que exercitam a cooperação e o planejamento coletivo.

As brincadeiras com elementos da natureza constituem outra importante possibilidade pedagógica. Terra, água, folhas, sementes, gravetos, pedras e areia despertam a curiosidade, estimulam a investigação científica e favorecem experiências sensoriais que ampliam a compreensão das crianças sobre o ambiente natural.

Também merecem destaque as brincadeiras corporais e musicais, que envolvem dança, movimento, expressão corporal, jogos rítmicos e exploração sonora. Essas experiências favorecem o desenvolvimento motor, a percepção corporal, a criatividade e a comunicação por meio das diferentes linguagens.

Brougère (2010) destaca que não existe uma única forma de brincar. Cada contexto cultural produz brincadeiras próprias, que são continuamente recriadas pelas crianças. Assim, cabe à escola valorizar tanto as brincadeiras tradicionais quanto aquelas criadas espontaneamente pelos grupos infantis, reconhecendo-as como importantes manifestações da cultura da infância.

A BRINCADEIRA NA BNCC E NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A Base Nacional Comum Curricular reconhece o brincar como um dos direitos fundamentais de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Essa concepção representa um avanço significativo nas políticas educacionais brasileiras ao afirmar que a brincadeira não constitui um momento secundário da rotina escolar, mas um contexto privilegiado para a construção de conhecimentos.

Os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se articulam-se permanentemente durante as brincadeiras, evidenciando que as crianças aprendem por meio das experiências que vivenciam em interação com outras crianças, adultos, espaços, materiais e diferentes linguagens.

Os cinco Campos de Experiência também dialogam diretamente com o brincar. Ao brincar, as crianças constroem relações sociais (O eu, o outro e o nós), exploram movimentos (Corpo, gestos e movimentos), experimentam diferentes formas de expressão artística (Traços, sons, cores e formas), ampliam a linguagem oral e a imaginação (Escuta, fala, pensamento e imaginação) e desenvolvem noções relacionadas ao espaço, ao tempo, às quantidades e às transformações (Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

O Currículo da Cidade de São Paulo amplia essa perspectiva ao compreender a brincadeira como experiência cultural e investigativa. O documento orienta que os professores organizem contextos educativos ricos em possibilidades de exploração, nos quais as crianças possam fazer escolhas, formular hipóteses, investigar fenômenos, construir conhecimentos e produzir cultura.

Outro aspecto valorizado pelo Currículo refere-se à documentação pedagógica. Registrar as brincadeiras por meio de fotografias, vídeos, relatos, desenhos e produções das crianças permite acompanhar os processos de aprendizagem e compreender como cada criança participa das experiências propostas.

Dessa forma, tanto a BNCC quanto o Currículo da Cidade reafirmam que brincar constitui elemento estruturante da Educação

Infantil e deve estar presente em todos os momentos da rotina, favorecendo aprendizagens integradas e significativas.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA GARANTIR O DIREITO DE BRINCAR

Apesar dos avanços conquistados nas políticas educacionais brasileiras, o direito de brincar ainda enfrenta desafios nas instituições de Educação Infantil. Em muitos contextos, as brincadeiras são reduzidas para dar lugar à antecipação de conteúdos escolares, atividades repetitivas e práticas voltadas ao preparo para o Ensino Fundamental. Essa tendência desconsidera as especificidades da infância e compromete a qualidade das experiências educativas. Quando o brincar perde espaço, as crianças têm reduzidas as oportunidades de explorar, criar, imaginar, investigar e construir conhecimentos de maneira significativa.

Outro desafio refere-se à organização dos tempos e espaços escolares. Ambientes pouco estimulantes, excesso de atividades dirigidas, escassez de materiais diversificados e rotinas excessivamente rígidas limitam as possibilidades de participação infantil e empobrecem as experiências de aprendizagem.

A formação continuada dos professores também representa um aspecto fundamental. É necessário fortalecer estudos sobre a cultura da infância, o desenvolvimento infantil e o planejamento de contextos lúdicos que valorizem o protagonismo das crianças e reconheçam o brincar como prática pedagógica intencional.

Por outro lado, as possibilidades são inúmeras. A valorização dos espaços externos, das brincadeiras tradicionais, dos brinquedos não estruturados, das investigações na natureza, da documentação pedagógica e da escuta das crianças amplia significativamente a qualidade das práticas educativas.

A participação das famílias também fortalece esse processo. Ao compartilhar brincadeiras de sua infância, tradições culturais, jogos populares e experiências familiares, contribuem para enriquecer o repertório das crianças e aproximar a escola da comunidade.

Conclui-se que garantir o direito de brincar significa assegurar tempos, espaços, materiais e relações que respeitem a infância em sua plenitude. Uma Educação Infantil comprometida com esse direito reconhece que brincar é muito mais do que entretenimento: é uma forma de aprender, produzir cultura, construir vínculos, desenvolver autonomia e participar ativamente da vida em sociedade.

CONCLUSÃO

A brincadeira constitui um dos pilares da Educação Infantil e representa uma das formas mais significativas pelas quais as crianças constroem conhecimentos, estabelecem relações e compreendem o mundo que as cerca. Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar que o brincar ultrapassa a ideia de entretenimento ou de atividade espontânea, configurando-se como uma experiência educativa essencial para o desenvolvimento integral da criança e para a efetivação de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância.

As reflexões desenvolvidas demonstraram que o reconhecimento da criança como sujeito de direitos exige a organização de contextos educativos que assegurem tempos, espaços, materiais e relações capazes de favorecer a brincadeira em suas múltiplas formas de manifestação. Nesse sentido, brincar constitui uma linguagem própria da infância, por meio da qual as crianças expressam sentimentos, elaboram experiências, investigam fenômenos, produzem cultura e constroem aprendizagens de maneira ativa, significativa e prazerosa.

Os estudos apresentados ao longo deste trabalho evidenciam que autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky, Tizuko Morchida Kishimoto, Gilles Brougère, Loris Malaguzzi, Maria Carmen Silveira Barbosa e Zilma Ramos de Oliveira convergem ao reconhecer o brincar como elemento indispensável ao desenvolvimento humano. Embora fundamentados em diferentes perspectivas teóricas, esses pesquisadores demonstram que as brincadeiras favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social, emocional e cultural, contribuindo para a construção da autonomia, da criatividade, da linguagem, da imaginação e das relações interpessoais.

A análise da Base Nacional Comum Curricular, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e do Currículo da Cidade de São Paulo reforça que as brinca-

deiras, juntamente com as interações, constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Esses documentos orientam que o brincar esteja presente em toda a rotina escolar, promovendo experiências que integrem os diferentes Campos de Experiência e assegurem às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Outro aspecto relevante discutido neste artigo refere-se ao papel do professor como organizador dos contextos de aprendizagem. A qualidade das brincadeiras depende da intencionalidade pedagógica presente na organização dos espaços, na seleção de materiais, na observação das crianças e na mediação das experiências. O professor não é responsável por dirigir todas as brincadeiras, mas por criar ambientes que despertem a curiosidade, incentivem a investigação, favoreçam a cooperação e ampliem as possibilidades de expressão e aprendizagem das crianças.

Também se evidenciou que a valorização das brincadeiras tradicionais, dos jogos simbólicos, das experiências corporais, das explorações da natureza e dos brinquedos não estruturados amplia significativamente o repertório cultural infantil e fortalece o protagonismo das crianças. Ao mesmo tempo, a documentação pedagógica e a escuta sensível permitem compreender os processos de aprendizagem que emergem das brincadeiras, orientando o planejamento de novas propostas e qualificando a prática docente.

Apesar dos avanços conquistados pelas políticas educacionais brasileiras, ainda persistem desafios relacionados à valorização do brincar nas instituições de Educação Infantil. A antecipação de conteúdos escolares, a redução dos tempos destinados às brincadeiras livres, a organização de rotinas excessivamente rígidas e a limitação dos espaços de exploração infantil demonstram a necessidade de fortalecer uma concepção de educação que reconheça o brincar como direito e como prática pedagógica fundamental.

Conclui-se, portanto, que garantir o direito de brincar significa reconhecer a infância em sua integralidade e assegurar às crianças oportunidades para investigar, criar, imaginar, experimentar e construir conhecimentos em interação com outras crianças, com os adultos e com o ambiente. A brincadeira deve ser compreendida como elemento constitutivo do currículo da Educação Infantil, favorecendo aprendizagens significativas e contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, criativos, críticos e participativos.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões acerca da importância da brincadeira na Educação Infantil, incentivando professores, gestores e pesquisadores a fortalecerem práticas pedagógicas que respeitem os direitos das crianças, valorizem a cultura da infância e promovam contextos educativos mais acolhedores, democráticos e humanizadores. Investir no brincar é investir em uma educação comprometida com o desenvolvimento pleno das crianças e com a construção de uma sociedade mais sensível, inclusiva e respeitosa às múltiplas formas de aprender e viver a infância.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF:

MEC, 2017.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.